

Como o Brasil subsidia o desmatamento

do The Economist

Em 1988, o Brasil perdeu uma área de floresta tropical maior do que a Suíça e um dos líderes de campanhas contra o desmatamento, Francisco Mendes, foi assassinado por criadores de gado. O desmatamento é explicado mais facilmente em países ávidos por terra, como a Índia, onde a pressão de população é intensa. Mas o Brasil possui uma densidade demográfica relativamente baixa e conta com muita terra fértil. Então por que os colonos acorrem à Amazônia onde a terra é pobre e a renda agrícola magra?

A resposta, segundo Hans Binswanger, economista do Banco Mundial, é que o sistema legal e tributário do Brasil tornou o desmatamento e a pecuária na Amazônia artificialmente lucrativos. (Binswanger assina o Documento de Discussão nº 69, do Banco Mundial, sob o título "Incentivos fiscais e legais com efeitos ambientais sobre a Amazônia brasileira".)

A pecuária causa prejuízo em muitos tipos de pasto. Na Amazônia, cuja ecologia é frágil e cujo solo é impróprio para o cultivo permanente, é especialmente deficitária. O subsídio fiscal implícito do Brasil a fazendas de gado entre 1975 e 1986 foi estimado em mais de US\$1 bilhão. Isso representa o maior subsídio conhecido na história para a destruição ecológica, não amenizada por ganhos econômicos.

O Brasil estimulou o desmatamento de muitas maneiras:

• Suas pródigas políticas

fiscal e monetária significam uma inflação elevada e instável (no ano passado os preços subiram 933%). Ninguém guarda o dinheiro em caixa e os brasileiros acham mais seguro investir em terra. Isso eleva os preços da terra e torna a especulação imobiliária uma atividade segura e compensadora.

• O governo virtualmente isentou a agricultura dos impostos. Portanto, os homens de negócios com-

A terra como paraíso fiscal dá mais lucro que agricultura

pram terra para agricultura, declaram o lucro de empresas como lucro agrícola e escapam dos impostos. Usar a terra como paraíso fiscal é mais lucrativo do que se dedicar à agricultura, de modo que os homens de negócios compram a terra dos agricultores. Esses, então, dirigem-se à Amazônia para adquirir terra que ainda não sofreu aumento vertiginoso de preço ou para ocupar ilegalmente terra de propriedade do governo numa região do mundo onde a administração é tão esparsa que os posseiros provavelmente não serão expulsos. Enquanto isso, a terra mais fértil pode continuar negligenciada, já que não foi comprada para a agricultura.

• Um imposto imobiliário

sobre as propriedades rurais é cobrado nas terras improdutivas, mas sofre redução de até 90% nas terras usadas para o plantio de safras ou para o pasto. A floresta é terra improdutiva e é tributada plenamente. Assim, os colonos na Amazônia cortam as árvores para economizar o imposto sobre propriedades rurais.

• Os organismos governamentais concedem créditos fiscais a investimentos em programas aprovados na Amazônia. Até 75% do dinheiro para investimentos aprovados — inclusive para a pecuária — provém de créditos fiscais. Assim, mesmo se os resultados globais da pecuária forem negativos, a atividade ainda pode ser atraente para os homens de negócio. O que socialmente não é lucrativo tornou-se lucrativo para interesses particulares, devido à legislação fiscal. Os ricos são os mais beneficiados pelos créditos fiscais, de modo que o sistema chega a ser um subsídio pago por todos os contribuintes que é oferecido aos ricos para poderem destruir a floresta.

• O governo subsidia o crédito rural. A pecuária é responsável por 20% do total dos créditos, e todas as fazendas aprovadas têm direito a esses empréstimos. Isso se acrescenta aos incentivos para a pecuária e, portanto, para o desmatamento.

As leis federais e estaduais sobre os direitos dos posseiros também se tornaram um grande desestímulo à conservação. Um posseiro que utilizou a terra pública "efetivamente" por mais de um ano obtém

direitos de uso de 100 hectares e, se utilizar essa terra por cinco anos, também recebe direitos de propriedade. Na região do projeto Grande Carajás, um posseiro tem a primeira referência para o título de propriedade para até três vezes a área de terra que desmatou. Em teoria, o posseiro deveria participar de leilão público do terreno, mas, na prática, raramente é contestado. Além disso, o preço mínimo de venda fixado pelas autoridades é baixo. Em algumas regiões, um posseiro pode reivindicar até 3 mil hectares e isso pode ser multiplicado por meio de pedidos nos nomes de diferentes membros da família.

Existem poucos guardas florestais (na Amazônia Ocidental, uma pessoa é incumbida de vigiar uma área de floresta do tamanho da França); eles possuem poucos jeeps, para não falar de barcos ou heli-

Fazendeiros poderosos fizeram fortunas à custa das árvores

cópteros. Os homens de negócios podem facilmente burlar as leis com o suborno dos guardas.

Sob pressão do Banco Mundial e de grupos ambientalistas, algumas dessas distorções foram formalmente reduzidas. Mas a implementação dos novos regulamentos foi falha e o

problema continua quase tão grave como antes.

Os fazendeiros influentes nos estados da Amazônia fizeram fortuna com o desmatamento e resistem a medidas que reduzem suas fortunas, em vez das árvores. De fato, como os trabalhadores rurais sem terra e os pequenos agricultores só conseguem sobreviver ao longo de rodovias públicas, enquanto os grandes grupos empresariais têm dinheiro para construir estradas dentro da floresta, são as grandes empresas, tanto quanto os pequenos proprietários, os responsáveis pelos danos.

Como essa triste situação pode ser remediada? As respostas são claras, embora difíceis. O Brasil deve endurecer suas políticas fiscal e monetária, para que os investimentos em títulos financeiros se tornem mais atraentes e o investimento em terra menos lucrativo. A isenção fiscal para a agricultura precisa ser eliminada gradualmente, de modo que a terra para agricultura não seja usada como refúgio fiscal. Os impostos imobiliários devem ser reduzidos na floresta para estimular a conservação. Os créditos fiscais para o plantio e a pecuária na Amazônia devem ser revogados. Os subsídios a créditos rurais também devem ser eliminados, para a pecuária, senão para toda a agricultura. Os direitos dos posseiros devem ser limitados em cerca de 100 hectares, em vez de 3 mil. Um limite deve ser estabelecido para as propriedades das empresas nas florestas. E os guardas florestais devem receber uma parte das multas aplicadas

aos que violam os regulamentos para florestas para incentivá-los a prender infratores, em vez de aceitar subornos.

Evidentemente, essas medidas são de execução difícil. Mas existe uma conclusão alentadora a se ex-

O choque de interesses com os países em desenvolvimento

trair da análise de Binswanger. A destruição da Amazônia é diferente da maioria dos atos de degradação ecológica como, por exemplo, o buraco na camada de ozônio.

Nesse caso, os interesses de curto prazo de países em desenvolvimento entram em conflito com os interesses de longo prazo de toda a humanidade (porque as nações pobres querem produzir os clorofluorcarbonos para ter uma vida melhor). Mas na Amazônia o caso não é esse: uma análise econômica apropriada sugere que destruir a floresta nem é do interesse a curto prazo do Brasil. E se o governo do Brasil pode prejudicar seus próprios interesses com a oferta de créditos fiscais para incentivar algo que não ocorreria na ausência desses incentivos, certamente não deve ser impossível ao Brasil beneficiar a si mesmo e ao resto da humanidade com a eliminação dessas concessões fiscais.

Dificuldades para o consenso

por Maria Helena Tachinardi de Brasília

Divergências entre os caribenhos e os latino-americanos em torno do documento final da sexta reunião ministerial sobre meio ambiente na América Latina e no Caribe, dificultavam até a noite de sexta-feira a elaboração de um texto único — a declaração de Brasília — contendo a posição da região sobre os problemas envolvendo a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico.

Era consenso, entretanto, que uma carta de princípios deveria ser extraída do encontro mesmo que fosse necessário eliminar os pontos conflitantes. Os ministros caribenhos, mais afinados com as posições dos países industrializados, sobretudo os Estados Unidos, opunham-se a considerações fortes como a de que a "dívida externa

não pode ser paga nas condições atuais nem com a fome e a miséria dos nossos povos, nem com mais subdesenvolvimento e a consequente degradação do meio ambiente em que vivemos".

Esse parágrafo consta do documento elaborado pelos técnicos dos 29 países da região, que desde segunda-feira se reuniram no Itamaraty.

O Brasil, como anfitrião e presidente da reunião foi apoiado por Cuba e Argentina na defesa de teses vinculando a questão da dívida e do desenvolvimento econômico à preservação da natureza.

Quando chegaram a Brasília, na quinta-feira, os ministros do meio ambiente do Caribe consideraram que não poderiam subscrever um documento tratando de temas específicos, como a dívida, porque fogem da alçada de seus ministérios.

Eles procuraram suavizar o assunto introduzindo conceitos como: "a solução para o problema da dívida externa e o estabelecimento de uma nova ordem internacional justa e equitativa são condições indispensáveis para a consolidação da democracia na América Latina e no Caribe, para a promoção da segurança e da paz na região e o desenvolvimento econômico e social sustentado, única alternativa possível para o aproveitamento regional de nossos recursos naturais tendente a satisfazer as necessidades de nossos povos".

Depois do incidente diplomático de quinta-feira, envolvendo o presidente José Sarney e o autor do discurso inaugural da sexta reunião ministerial, Mostafa Tolba, diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o escritório da ONU no Brasil

divulgou um documento dizendo que tudo não passou de um mal-entendido.

"As opiniões que constam do pronunciamento do diretor-executivo pretendiam ser de um teor genérico, lamentando-se que pudessem ter sido interpretadas como dirigidas ao Brasil, país pioneiro na matéria, tanto quanto ao estabelecimento do PNUMA, quanto ao que diz respeito ao estabelecimento de mecanismos nacionais em matéria ambiental."

O discurso lido por Genady Golubev, também da ONU, irritou Sarney porque continha referências a modelos de países, como o México, que discutem a questão do meio ambiente em audiências públicas. O pronunciamento também foi considerado "inadequado" porque sugere a troca da dívida por investimentos em preservação ambiental.